

### Christine Lagarde e o Papa Francisco, por um capitalismo inclusivo

À partida, são duas personagens muito diferentes: Christine Lagarde, diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), que deve vigiar a boa saúde das finanças mundiais, e o Papa Francisco, que alguns consideram como anticapitalista, devido às suas reiteradas críticas à desigualdade económica e às suas chamadas de atenção para os excluídos. Daí, ser significativo que concordem nas preocupações com a crescente desigualdade de rendimentos e com o objetivo da reforma financeira.

“O verdadeiro papel do setor financeiro é servir, não governar a economia”, afirma Lagarde; “o dinheiro deve servir e não governar”, são palavras do Papa Francisco na exortação “*Evangelii Gaudium*” (EG, n. 58). O Papa da compaixão e a face feminina da *troika* partilham o diagnóstico. O que está a acontecer?

Christine Lagarde falava em finais de maio, em Londres, na conferência sobre “*Inclusive Capitalism*”, termo que pretende designar um capitalismo que permita a cada um ter a sua oportunidade e a sua possibilidade de recompensa numa economia livre.

A diretora do FMI reconhece que estamos longe desse ideal. E mais, com a crise afastámo-nos. Hoje, o capitalismo aparece associado ao “excesso”, que levou a uma maciça destruição de valor, de emprego e gerou crescentes tensões sociais. “Uma das principais perdas foi a confiança (nos líderes, nas instituições, no próprio sistema de mercado)”. A interrogação atual é: “Como pode-mos restaurar e manter a confiança?”. A sua resposta é fazer com que “o crescimento seja mais inclusivo e com regras do jogo mais equitativas, que favoreçam muitos, não somente alguns poucos”.

Esta procura concretiza-a em duas dimensões: um crescimento económico mais inclusivo e um sistema financeiro mais honesto.

#### Um crescimento que chegue a todos

Ninguém nega – muito menos Lagarde – que no capitalismo atual existe uma crescente desigualdade de rendimentos, que a distância entre os que têm mais e os outros se torna cada vez maior. O Papa Francisco chamou a atenção para este

conhecido fenómeno: “Enquanto os ganhos de alguns poucos crescem de modo exponencial, os da maioria ficam cada vez mais longe do bem-estar dessa minoria feliz” (EG, n. 56).

Essa preocupação não é exclusiva do Papa. Para Lagarde, “a desigualdade passou para um primeiro plano na agenda não só de grupos preocupados com a justiça social, como de cada vez mais políticos, banqueiros centrais e líderes empresariais”.

Há quem diga que não nos devemos preocupar com a desigualdade de rendimentos, mas com a igualdade de oportunidades. Mas as oportunidades (educação, saúde...) dependem também dos rendimentos disponíveis. “A mobilidade social reduz-se nas sociedades mais desiguais”, reconhece Lagarde.

“A disparidade também traz consigo divisão”. Uma maior concentração do rendimento pode minar os princípios de solidariedade, meritocracia e democracia.

Neste ponto, Christine Lagarde não tem problemas em citar o Papa: “O Papa Francisco salientou isto recentemente em termos severos, quando classificou a crescente desigualdade como ‘a raiz do mal social’”.

De facto, o Papa advertiu contra “uma economia da exclusão e da iniquidade”, que gera inevitavelmente confrontos sociais.

Tão-pouco pode dizer-se que a desigualdade seja um preço inevitável do desenvolvimento, como se a eficácia e a justiça fossem irreconciliáveis. Efetivamente, refere Lagarde, “investigações do FMI, que examinou 173 países ao longo de 50 anos, detetaram que os países mais desiguais tendem a ter um crescimento económico menor e menos duradouro”.

#### Não bastam as políticas redistributivas

O que pode fazer-se para remediar a desigualdade? Do Papa Francisco não é de esperar recomendações de política económica, como costuma fazer o FMI. Ele próprio reconhece que “nem o Papa, nem a Igreja, têm o monopólio na interpretação da realidade social, ou na proposta de soluções para os problemas contemporâneos” (EG, n. 184). Mas adverte sim, que não há lugar para o abstencionismo: “Não podemos confiar na mão invisível do mercado. O crescimento com equidade exige algo mais do que o crescimento económico, embora o pressuponha; exige decisões,

programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição do rendimento, para uma criação de fontes de trabalho, para uma promoção integral dos pobres, que ultrapasse o mero assistencialismo” (EG, n. 204).

Isto é algo mais do que uma política redistributiva. Envolve um esforço por integrar nos processos económicos os que correm o risco de ficar excluídos, de modo a terem a oportunidade de ganhar dignamente a vida.

A diretora do FMI também reconhece que as políticas redistributivas – com sistemas fiscais mais progressivos, mas sem serem excessivos – têm o seu papel. Com o imposto sobre o rendimento e as transferências, é possível reduzir a desigualdade em cerca de um terço, em média, nos países desenvolvidos. Mas as políticas redistributivas têm sempre vencedores e vencidos. Pelo que, “se queremos que o capitalismo cumpra o seu papel – permitindo que tantas pessoas quanto possível possam participar e beneficiar com a economia – tem de ser mais inclusivo”.

### **Um sistema financeiro mais honesto**

A segunda dimensão do capitalismo inclusivo no discurso de Lagarde tem a ver com a honestidade no setor financeiro. “Um setor”, afirma a economista francesa, “que, como Ícaro, na sua soberba voou quase até ao Sol, e depois caiu à Terra, arrastando atrás de si a economia mundial”.

Os atores financeiros permitiram-se excessivos riscos. Os que eram “demasiado grandes para cair”, podiam chantagear os políticos. “Este tipo de capitalismo era mais extrativo do que inclusivo”, sentencia Lagarde. “A crise deu lugar a uma correção importante, com o pressuposto de que o verdadeiro papel do setor financeiro é servir, não governar, a economia”. A sua tarefa é financiar o investimento, ajudando assim a criação de emprego e o crescimento.

Neste aspeto, a boa notícia é que se fizeram progressos na regulamentação bancária, com maiores exigências de capital e de liquidez. “A má notícia é que o progresso é ainda lento, e a meta de chegada se encontra, de momento, longe”. O problema dos bancos “demasiado grandes para cair” ainda não se resolveu e continuam a ser fonte de um risco sistémico.

Lagarde expõe o que ainda resta conseguir: um acordo que proporcione um quadro para tratar de modo ordenado os casos de megabancos que entram em crise; maior transparência e segurança nos derivados financeiros; que os incentivos aos dirigentes estejam de acordo com os resultados reais; e, juntamente com a regulamentação, maior supervisão de que as regras são cumpridas.

Neste ponto, pode contar com o apoio do Papa Francisco, crítico “das ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira. Daí que neguem o direito de controlo dos Estados, encarregados de velar pelo bem comum” (EG, n. 56).

Lagarde adverte que não se deve baixar a guarda, pois “a conduta do setor financeiro não mudou, no essencial, numa série de aspetos desde a crise”. “O setor ainda privilegia o lucro a curto prazo em detrimento da prudência a longo prazo, o prémio de hoje sobre a relação de amanhã”. E “algumas empresas importantes viram-se envolvidas em escândalos que violam as mais básicas normas éticas (arranjinhos na taxa LIBOR e nas taxas de câmbio, lavagem de dinheiro...)”.

### **Ética e estabilidade financeira**

Para restaurar a confiança, diz Lagarde, “necessitamos de uma dimensão ética mais forte e sistemática”. Como abordar este repensar ético do setor financeiro? Para Lagarde, trata-se de regressar à pergunta dos antigos filósofos, como Aristóteles, que perguntavam: qual é o seu *telos*? Neste caso, a função social do setor financeiro: o seu verdadeiro objetivo, recorda Lagarde, é colocar os recursos ao serviço de um uso produtivo, contribuir para a estabilidade económica e para o pleno emprego.

Assim como no meio ambiente hoje estamos conscientes de que a conduta de cada um influi no todo, no setor financeiro, “a ideia de que a má conduta privada pode ter um custo social mais amplo, está apenas a amadurecer”.

A diretora do FMI, que deve velar pelo bom funcionamento das finanças mundiais, conclui, afirmando, que “a conduta ética é uma dimensão importante da estabilidade financeira”.

Esta conclusão seria subscrita, sem dúvida, pelo Papa Francisco, o qual lamentou que, neste âmbito, “a ética costuma ser encarada com certo desprezo trocista. É considerada contraproducente, demasiado humana, porque relativiza o dinheiro e o poder”. Por isso, advertia que “uma reforma financeira que não ignore a ética, exigiria uma mudança de atitude enérgica por parte dos dirigentes políticos” (EG, n. 57).

Entre as palavras do Papa e as da diretora do FMI pode compreender-se que falar de ética não é colocar um pau nas rodas da economia de mercado, mas evitar que entre em colisão.

I. A.

### **Políticas sociais “à prova de crise”**

A crise económica dos últimos anos trouxe como consequência uma maior desigualdade social e um aumento do número de grupos vulneráveis. Depois de terem feito frente aos piores efeitos económicos da crise, os países da OCDE precisam de desenvolver políticas sociais para evitarem que tais consequências se prolonguem por mais tempo.

Assim o recomenda o recente relatório “Society at Glance 2014”, redigido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A crise envolveu retrocessos em vários dos 34 países do grupo, pois, se bem que durante os primeiros tempos se registasse um incremento dos fundos destinados a apoiar famílias, pessoas incapacitadas e desempregados, esses setores estão atualmente sob forte pressão, sem contar com o facto de – particularmente no sul da Europa – essa manta protetora não ter dado para cobrir todos os necessitados.

De acordo com o estudo, que toma 2007 como o momento de eclosão da crise, o número de pessoas que hoje vivem em famílias sem rendimentos provenientes do trabalho duplicou na Grécia, na Irlanda e em Espanha, tendo subido cerca de 20% ou mais na Estónia, Letónia, Itália, Portugal, Eslovénia, bem como nos Estados Unidos.

Observa-se também que 10% dos agregados familiares mais pobres experimentaram, em proporção, uma maior perda de rendimentos, do que a que atingiu o bolso dos 10% mais ricos. Assim aconteceu em 21 de 33 países. Na Itália e em Espanha, enquanto o rendimento dos 10% mais ricos permaneceu quase estável, o dos 10% mais pobres foi, em 2010, mais baixo do que em 2007.

### **O impacto da incerteza**

Alguns outros dados são um convite ao pessimismo, pois comprometem o futuro das sociedades do bem-estar. Assim, refere-se que os jovens entre os 18 e os 25 anos enfrentam hoje um maior perigo de cair na pobreza, pois o número daqueles que vivem em lares com rendimentos inferiores a metade da média nacional, cresceu cerca de 5% em países como Espanha, Estónia e Turquia (um pouco menos na Irlanda e na Grã-Bretanha).

De igual modo, os gastos com a educação, proporcionalmente ao PIB, diminuíram em metade nos países da OCDE, tornando consequentemente mais escassas as oportunidades de formação e superação de muitos jovens de famílias com baixos rendimentos. Isto vai originar um horizonte laboral mais limitado e de menor formação profissional e, claro, mais baixos rendimentos económicos.

Nesta mesma linha, verifica-se uma queda nos índices de fecundidade, que passaram de 1,75 filhos por mulher em 2008 para 1,70, o que torna mais agudos os desafios do envelhecimento demográfico e as dificuldades fiscais para financiar as pensões e os cuidados assistenciais aos mais velhos. A incerteza económica está a levar mais famílias a ter menos filhos ou a adiar o seu nascimento.

### **Reformas inadiáveis e com perspetiva social**

O que hoje é apenas poeira, pode, de facto, ser lama amanhã. O secretário-geral da OCDE, José Ángel Gurría, faz notar que as consequências da crise poderão pesar na vida de muita gente por um período ainda bem longo.

“Para que as sociedades continuem a ser prósperas e estáveis, torna-se essencial que as políticas sociais apoiem as famílias em dificuldade e assegurem que os problemas de solução a médio prazo não se transformem em desvantagens a longo prazo”, afirma.

O economista mexicano entende que uma etapa de forte crescimento pode ajudar a esconjurар esses temores, mas que só isso não chega. Ao formular políticas sociais, estas devem ser concebidas como sistemas que operam com maior eficiência, adaptados à evolução demográfica e aos mercados laborais, e com um gasto mínimo em administração e burocracia.

“A recuperação económica por si só não será suficiente para sanar fraturas sociais, nem para os mais afetados pela crise levantarem cabeça”, explica: “Os governos devem pôr em prática políticas sociais efetivas para ajudar os seus cidadãos a fazer face a crises futuras”.

Este relatório da OCDE enuncia algumas das mudanças tidas como necessárias. Em primeiro lugar, aconselha que se tenha em conta o impacto que qualquer medida de consolidação fiscal irá ter sobre os mais desfavorecidos. Se, por exemplo, para reduzir o défice público, se dá uma tesourada no gasto social, os setores mais vulneráveis sofrerão mais do que se se decidir aumentar os impostos: a tendência para um maior consumo por parte dos menos atingidos pelas perturbações deixará dinheiro nos cofres, enquanto que retirar rendimentos e oportunidades aos que deles precisam desesperadamente só acaba por os marginalizar, os afastar do consumo e lhes roubar oportunidades.

A este respeito, a organização aconselha que se evite cortar em benefícios de habitação ou em subsídios a famílias com filhos. Os esforços devem centrar-se em assegurar que essas pessoas sejam rapidamente beneficiadas assim que melhorarem as condições do mercado laboral.

(com autorização de

[www.aceprensa.pt](http://www.aceprensa.pt))